

Brasil paga US\$ 1,3 bilhão a credores

Governo começa a pagar empréstimo tomado durante a crise do real, que serviu para afastar risco de novos ataques especulativos

Das Agências Estado e Folha

O diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central, Daniel Gleizer, anunciou ontem que o governo brasileiro vai pagar 30% da primeira parcela dos empréstimos de emergência feitos pelo Banco de Compensações Internacionais (BIS) e pelo Banco do Japão, que vencem no dia 18. O total a ser pago, segundo Gleizer, será de US\$ 1,367 bilhão, sendo US\$ 1,2 bilhão do BIS e US\$ 117 milhões do Banco do Japão. Em contrapartida, o governo vai rolar uma outra parcela de US\$ 3,173 bilhões por seis meses.

O diretor disse que não interessava ao Brasil amortizar integralmente essa parcela porque o cenário internacional ainda inspira alguma cautela e, também, porque o mercado poderia interpretar o ato como um "gesto de arrogância". Ele esclareceu ainda que não se trata de uma antecipação de pagamento. O dinheiro serviu para proteger o real de ataques especulativos durante a crise cambial do início do ano.

No caso de uma antecipação, explicou o diretor, o Brasil seria obrigado a antecipar o pagamento da primeira parcela já liberada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), que tem prazo de vencimento de um ano. Uma missão do Fundo, chefiada por Teresa Ter-Minassian, ficará até o dia 17 no país. Ontem, Teresa se encontrou com a secretária da Administração e do Patrimônio, Cláudia Costin. Na reu-

nião, os técnicos do Fundo coletaram informações sobre os gastos da União e dos estados com servidores.

Perguntado se a amortização da parcela do BIS e Banco do Japão implicaria a não realização do saque da terceira parcela a ser liberada pelo Fundo, Gleizer afirmou que não há essa vinculação. Mas admitiu que existe a possibilidade de o Brasil abrir mão de sacar a terceira parcela do empréstimo do FMI.

A decisão do diretor dependerá das negociações em curso com o Fundo e do desenvolvimento da conjuntura econômica internacional. Ele disse também que, provavelmente, o Brasil fará uma nova emissão de títulos no exterior ainda no primeiro semestre.

NEGOCIAÇÃO

Ele também informou que ainda não está decidido se a operação será em euros. Apesar de reconhecer a importância do lançamento de títulos na Europa, Gleizer comentou que há a possibilidade de fazer uma negociação em dólar. Neste caso, a operação poderia envolver a troca de títulos do tipo Brady (da dívida externa brasileira), que são mais sensíveis a um cenário de crise.

O diretor do BC anunciou ainda que as operações de câmbio registradas no Banco Central a partir de hoje poderão ser liquidadas em até 30 dias. Ele explicou que atualmente a liquidação de um contrato de câmbio dessas operações tem de ser feita em até dois dias.

André Corrêa



Costin (D) com Teresa (E): missão do Fundo Monetário Internacional quer saber detalhes sobre os gastos da União e dos estados com servidores

A idéia, segundo ele, foi adaptar a regra ao novo regime de câmbio fluante adotado no início deste ano. Ele também disse esperar que, com a medida, os movimentos de mercado sejam "suavizados", com oscilações menores da taxa de câmbio de um dia para o outro. "Queremos que o mercado nos ajude a suavizar essa movimentação do câmbio", afirmou Gleizer.

Ele explicou ainda que as operações de câmbio não registradas no Banco Central continuam tendo prazo de liquidação de dois dias. E lembrou que no caso dos contratos de câmbio para exportações já havia um esquema de liquidação futura.

Paralelamente, o governo determinou, por meio da Medida Provisória 1.829, que, no caso de uma operação de câmbio contratada e

não liquidada no prazo de 30 dias, será aplicada uma multa equivalente ao rendimento da Letra Financeira do Tesouro (LFT) menos a variação cambial e a taxa Libor (taxa de juros inglesa).

No caso dos investimentos feitos por meio do Anexo 4, o diretor explicou que as operações de câmbio, nesses casos, podem liquidadas em até três dias. A preocupação, segundo o

diretor, foi eliminar o descasamento existente atualmente entre o prazo da liquidação do contrato de câmbio e o do resgate dos investimentos em ações de companhias brasileiras. "O resgate dos investimentos em ações ocorre em três dias e a liquidação de câmbio era feita em dois dias", explicou. "Isso provocava um descasamento que nós estamos eliminando", afirmou o diretor do BC.